

Governo paga suas contas, mas exige perseverança do credor

Conta velha não se paga; e conta nova deixa-se ficar velha.

A administração pública só não se enquadra nessa subfilosofia do mau pagador porque, embora a insistência em não pagar as contas, acaba pagando, quase como um prêmio ao espírito de determinação dos credores, cujo destino é sofrer no interior do ciclópico labirinto da burocracia brasileira.

São órgãos públicos que, além de atrasar os pagamentos a fornecedores particulares — cujas impertinências são punidas nos "restos a pagar" —, tentam uma espécie de encontro de contas com outros órgãos públicos aos quais devem e dos quais são credores, no mais fantástico dos emaranhados que, no Brasil, se multiplica por 22, pois tantos são os Estados da Federação, e mais a sagrada superestrutura do Governo Federal, exemplo seguido com desvelo. Neste levantamento nacional tem-se uma impressão mais ou menos fiel do drama de pagamento das dívidas da administração pública para com os particulares e paradoxalmente para consigo mesma.

UMA firma de materiais de escritório deu entrada num protocolo de cobrança no dia 24 de agosto último, para receber Cr\$ 22.340 da Rede Ferroviária Federal. Até o dia 21 de dezembro, o mesmo cobrador visitou a seção quatro outras vezes, anotando ao lado do carimbo do protocolo: "O responsável informou que não veio a liberação. Voltar na próxima semana." Cinco meses depois da data de apresentação da primeira cobrança, o processo seria descoberto dentro da gaveta de um funcionário, que "não sabia o que fazer com ele".

A burocracia, o despreparo, a negligência e a ineficiência de funcionários públicos, acabam acrescentando mais dias, semanas e meses aos atrasos normais para liberação de verbas nos vários níveis de órgãos, repartições e empresas ligadas ao Governo. A Engefer, o DNER, o INPS e a Companhia Siderúrgica Nacional são, por unanimidade de fornecedores e concessionários de serviços, os piores pagadores. Enquanto as dívidas do INPS em relação a uma só empresa podem chegar a Cr\$ 1,5 milhão, as da Engefer e Rede Ferroviária Federal arrastam-se além dos caminhos interrompidos da Ferrovia do Aço: há contas de materiais pendentes desde julho.

Sem ação para processar os maus pagadores, e temendo a limitação das contas, onde os órgãos públicos ocupam um percentual importante, muitos dos credores preferem recolher-se a um cauteloso silêncio. Este é o caso, por exemplo, da Petrobrás Distribuidora, que fornece gasolina diretamente a órgãos federais, estaduais e municipais; da IBM, "que tem por norma não divulgar as transações comerciais com clientes"; da Xerox e da Telerj.

Como empresa de economia mista, subsidiária da Telebrás e vinculada ao Ministério das Comunicações, a Telerj não tem problemas com seus clientes da área do Governo. "Temos diálogo franco, pois nós precisamos deles e eles de nós" — assegurou um dos assessores. O controle, a emissão das faturas e o recebimento das quantias já previstas no "empenho" — prévia destinação de verbas nos orçamentos públicos — são feitos por um departamento especializado: a Seção do Governo, que tem um representante para atuar junto às repartições e prestar-lhes assistência.

Nunca houve caso de corte de telefone por falta de verba — informou a Telerj — mas na época da fusão ocorreram problemas de ordem administrativa, que resultaram no desligamento de alguns aparelhos, "mas as contas têm sido pagas dentro dos atrasos normais dos consumidores."

A mesma preocupação em manter os contratos, evitando cortes — considerados perigosos pelos técnicos, pelos prejuízos que podem provocar — é seguida pela Petrobrás Distribuidora.

Como várias outras do ramo de combustíveis, a Petrobrás Distribuidora trabalha sob regime de contratos e, em sua carteira, beneficiada pela ligação com o Governo, conta o fornecimento direto ao Ministério do Exército, Batalhões de Engenharia, Secretarias Municipais e à Rede Ferroviária Federal. "Realmente houve problemas de pagamento" — admitiu um dos assessores, acrescentando que "a Rede não é dos clientes mais pontuais".

Um tratamento comercial "mais ou menos rígido" é a atitude adotada para os casos de atraso. Dependendo do estágio da dívida, a distribuidora propõe composições em três ou quatro prestações. "Além de sua função comercial, a Petrobrás Distribuidora tem de pensar também na vinculação pública e não pode esvaziar o cliente".

As dívidas

— O Governo não é mau pagador — diz o presidente do Sindicato Nacional dos Empreiteiros de Obras Públicas, Fernando Petrucci, segundo o qual o Governo Federal deve Cr\$ 7 bilhões aos empreiteiros, os dos Estados Cr\$ 4 bilhões e as administrações dos grandes municípios brasileiros Cr\$ 2,5 bilhões. "Mas só podemos considerar como atrasos, apenas 50 por cento deste valor, já que o restante está dentro dos prazos do processo burocrático".

"Para o empreiteiro, é mais negócio continuar com a obra do que interrompê-la, pois assim ficaria sem dinheiro a receber. Uma obra é uma empresa altamente dinâmica, não uma máquina de fácil desativação", considera Petrucci. As consequências dos atrasos, entretanto, podem ser sentidas na própria qualidade das obras: a perda de técnicas e dos processos, economizados em favor da sobrevivência das empresas e, ao lado disto, o encarecimento.

— O aumento do custo dos materiais — diz — já determinou uma redução de cerca de 30 por cento no volume físico das obras no último ano, com tendências ainda maiores para 1977. É provável que as autoridades reduzam as obras de infra-estrutura para tentar ajustá-las a um fluxo financeiro. Problemas elementares se sobrepõem ao pensamento do empresário: pagar o INPS, pedir empréstimos, cobrar faturas, contrabalancear débito e crédito.

A Avenida Perimetral, no Rio, e

três hospitais universitários, em São Paulo, são as grandes dívidas dos Governos dos dois Estados com a firma de engenharia Ecisa. O metrô e o DNER quitaram suas contas, enquanto a Engefer reuniu as faturas que estavam pendentes, referentes apenas ao projeto de um dos três viadutos contratados para a Ferrovia do Aço, e também efetuou os pagamentos.

— Nunca paralisamos a obra por falta de pagamento — garante um dos diretores da Ecisa, Richard Paul Matheson. O Governo do Estado de São Paulo, que encomendou a construção de três hospitais a firma carioca — o Hospital das Clínicas de São Paulo, o Hospital da Universidade de São Paulo e um outro em Ribeirão Preto —, pagou apenas uma pequena parcela do total em débito de Cr\$ 150 milhões, mas as obras não se interromperam.

A falta de um mapeamento do subsolo do Rio, um contrato mal negociado e a falta de previsão são os fatores que determinaram, segundo o diretor da Ecisa, o atraso nos pagamentos e adiamento da obra da Avenida Perimetral. Como subempreiteiros da Companhia Siderúrgica Nacional, a Ecisa entrou na concorrência e vinha recebendo "o que era contratual dentro dos prazos". Mais do dobro tem de ser renegotiado, adaptando e adotando o sistema de preço unitário excedente, seguido pelas obras comuns". Até hoje — desde o início da Perimetral, em 1973 — a Ecisa tem mais de Cr\$ 50 milhões de faturas emitidas, fora do plano previsto.

Quase Cr\$ 6 bilhões em obras era a programação da Engefer para a Ferrovia do Aço, em 1976. Em maio quando as 25 empresas vencedoras das concorrências já vinham trabalhando em ritmo acelerado e tinham faturado Cr\$ 1,25 bilhão, enquanto a própria Engefer gastara Cr\$ 500 mil em desapropriações, o Governo bruscamente reduziu o investimento para Cr\$ 2 bilhões. Sobravam Cr\$ 250 mil, portanto, para as empresas trabalharem durante o resto do ano. A dívida atualizada da Engefer com as empresas já está em Cr\$ 900 milhões e existe uma promessa de pagamento até março.

Nas empresas menores, onde os números não são tão altos, mas a insistência e paciência de cobradores já chegou ao seu limite, a Rede Ferroviária Federal é mais conhecida como Refefê. As contas dos meses de julho, agosto e setembro com uma firma de materiais de escritório — Cr\$ 59 mil — só puderam ser quitadas no início de janeiro. Existe ainda um débito de Cr\$ 65.600, também já atrasado. São muitos os problemas dos pequenos fornecedores:

"Há uma média de 30 dias para pagamento. Quando entramos com um processo de cobrança — explica o gerente financeiro de uma empresa —, recebemos o número de protocolo. É através deste número que acompanhamos o desenrolar das providências burocráticas. Não podemos acionar, cobrar juros de uma empresa pública e, se entregarmos uma mercadoria fora do prazo, somos multados".

A expressão "negligência de órgão público", na linguagem dos cobradores, pode significar muita coisa: o processo pode ter caído na gaveta de um funcionário esquecido, foi para a seção errada, não há verba para pagar ou simplesmente não foi encontrado. É uma expressão taxativamente negativa. Já o termo "restos a pagar" pode ter conotações negativas ou positivas: se ele é empregado no fim do ano, quer dizer que as repartições o evitarão, preferindo fazer todos os pagamentos antes do término do período orçamentário.

Mas se uma conta cai nos "restos a pagar" — como aconteceu em 76 com um vencimento do INPS, no valor de Cr\$ 1.400 mil — muitos meses de espera virão, até que os funcionários novamente engrenhem no ritmo de trabalho. Na ficha de protocolo do DNER, a disposição dos empregados pode ser medida pelo número de carimbos com a assinatura de quem atendeu, ao lado da observação: "aguardando liberação".

O DNER separa as fichas de protocolo de acordo com as datas de vencimento, mas o total de débito com uma só fornecedora de materiais para o Ponto Zero é de Cr\$ 120 mil. A Secretaria Estadual de Saúde está devendo Cr\$ 55 mil, a de Justiça, quase Cr\$ 40 mil, a Municipal de Fazenda, Cr\$ 5.800. As compras do IPASE e alguns outros setores ligados ao Ministério do Trabalho também viram problemas para os revendedores: não há ninguém para autorizar o pagamento no Rio. Os processos têm de ir a Brasília e voltar.

Um cobrador recebeu uma conta de quase Cr\$ 400 mil da Secretaria Estadual de Educação para cobrar. A cada visita, ele anotava uma observação diferente: aguardando, anotado para verificação, não veio a liberação, pedi informações sobre o andamento, voltar segunda, terça, quarta-feira até que o vocabulário se esgotou na trigésima vez. Então, o cobrador descobriu que o funcionário que o atendia não era o indicado para dar informações. E, algumas visitas mais tarde, soube que o dinheiro já estava depositado há um mês. Quando pediu o número da ordem bancária, deram-lhe a seguinte resposta:

— Não temos funcionário para isto.

